

INTERPELAÇÃO ORAL

Actuar proactivamente para promover o desenvolvimento sólido do sistema de segurança social de dois níveis

O Governo, com base no primeiro nível do sistema de segurança social, implementou o regime de previdência central, como segundo nível, reforçando, assim, a protecção dos residentes na velhice. Recentemente, o mesmo divulgou o Relatório do “Estudo sobre a revisão da situação actual do Regime de Previdência Central não Obrigatório e o seu desenvolvimento” (adiante designado por “Relatório de revisão”), que revela um funcionamento fluido deste regime; e segundo os dados, até Outubro de 2024, cerca de 320 empregadores aderiram ao regime e o número de trabalhadores que aderiram aumentou para mais de 30 mil, um acréscimo superior a 12 vezes, tendo mais de 80 mil pessoas criado planos individuais, o que demonstra que o regime alcançou alguns resultados. Mas, em termos gerais, a sua promoção é ainda lenta. Na realidade, Macau já implementou planos privados de pensões e, segundo o “Relatório Anual sobre os Fundos Privados de Pensões de 2024”, o número total de pessoas com planos privados de pensões tradicionais atingiu quase 130 mil, reflectindo que muitas empresas com condições já oferecem garantias de reforma. No entanto, o facto de apenas mais de 30 mil pessoas terem transitado para os planos conjuntos de previdência central evidencia uma insuficiência na respectiva articulação e promoção.

Segundo o “Relatório de revisão”, a sociedade manifesta uma atitude positiva quanto à transformação da previdência central em regime obrigatório, salientando-se a necessidade de “estabelecer indicadores, avançar primeiro com o mais fácil e depois com o mais difícil, e implementar por fases”. Com o agravamento do envelhecimento populacional, é premente criar uma rede segura e sólida para a vida dos idosos. O mercado interno e as PME nos bairros comunitários em Macau encontram-se, actualmente, em fase de transformação

estrutural e recuperação, portanto, a adopção de uma legislação “radical” vai, com certeza, agravar a pressão operacional das PME; entretanto, se a previdência central continuar a ser voluntária, receia-se que a sua promoção não seja suficientemente forte. Assim, o Governo deve assumir um papel de liderança e concretizar uma progressão escalonada por “adesão em grupos”. Agora, muitas empresas e instituições já dispõem de planos privados de pensões aperfeiçoados, possuindo plenamente, ao nível financeiro e administrativo, as condições para avançar, na primeira fase, para a previdência central obrigatória, portanto, o Governo deve tomar a iniciativa de elaborar o plano legislativo, demonstrando a sua determinação em actuar proactivamente e promovendo ordenadamente o desenvolvimento sólido do sistema de segurança social de dois níveis.

Assim sendo, interpele sobre o seguinte:

1. Segundo o “Relatório de revisão”, sob o princípio de manter os critérios mínimos previstos no regime de previdência central não obrigatório, quando estiverem reunidas as condições, podem iniciar-se os preparativos para a plena implementação da previdência central obrigatória, que será feita por fases e de acordo com o princípio “primeiro o mais fácil e depois o mais difícil”. Como vai o Governo liderar e promover a implementação deste regime?

2. Segundo o “Relatório Anual sobre os Fundos Privados de Pensões de 2024”, o número total de participantes atingiu quase 130 mil pessoas. Muitas empresas e instituições locais possuem já condições para efectuar as contribuições e, também, para avançar na primeira fase; contudo, apenas cerca de 30 mil pessoas transitaram para o regime de previdência central não obrigatório. Perante o grande número de trabalhadores ainda inseridos no sistema tradicional, que medidas específicas e incentivos políticos vai o Governo adoptar para que as empresas promovam a articulação dos seus planos existentes com a previdência central, em prol do desenvolvimento da previdência central não obrigatória?

3. O “fundo de previdência para habitação” do Interior da China possui funções flexíveis, como levantamentos periódicos e empréstimos para a compra

de habitação, assegurando eficazmente as diversas necessidades da população. Com as crescentes necessidades quanto à protecção dos idosos, à saúde e aos cuidados transfronteiriços para idosos numa sociedade envelhecida, o Governo incentiva os residentes a integrarem-se no círculo da vida da Grande Baía, mas a aplicação da previdência central é ainda pouco diversificada. O Governo vai tomar como referência a experiência do Interior da China na utilização flexível dos fundos de previdência e aperfeiçoar a aplicação da previdência central, estudando, por exemplo, a possibilidade de permitir aos residentes qualificados o levantamento de parte dos fundos para a aquisição da primeira habitação ou despesas médicas significativas, com vista a uma garantia básica e mais flexível à vida da população?

27 de Junho de 2026

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Song Pek Kei